

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia, Filosofia e Política
Curso de Ciências Sociais



Trabalho de Conclusão de Curso

**Análise dos acordos MEC-USAID e as ideologias para reprodução do Capital
no Brasil**

Rogério Martino Otero Avila

Pelotas, 2025

Rogério Martino Otero Avila

**Análise dos acordos MEC–USAID e as ideologias para reprodução do Capital
no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da
Universidade Federal de Pelotas, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

Pelotas, 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

A956a Avila, Rogério Martino Otero

Análise dos acordos MEC-USAID e as ideologias para reprodução do capital no Brasil [recurso eletrônico] / Rogério Martino Otero Avila ; Patricia Rodrigues Chaves da Cunha, orientadora. — Pelotas, 2025. 60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Ideologia. 2. Aparelhos Ideológicos do Estado. 3. USAID. 4. IPES. 5. IBAD. I. Cunha, Patricia Rodrigues Chaves da, orient. II. Título.

CDD 301

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Análise dos acordos MEC-USAID e a Ideologia para reprodução do Capital no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 03/04/2025

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Romério Jair Kunrath
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Rafael Cesar Ilha Pinto
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha por sua dedicação, à Prof.^a Dra. Janaína Cardoso Brum pela paciência e afeto, à minha família pelo desprendimento e a todos os professores em todos os níveis de ensino, que tão importantes foram na minha formação.

“Não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais de produção: a reprodução dos meios de produção.”

(Althusser)

Resumo

ÁVILA, Rogério Martino Otero. **Análise dos acordos MEC-USAID e a Ideologia para reprodução do Capital no Brasil**. Orientadora: Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Este trabalho analisa os acordos MEC-USAID sob a perspectiva ideológica de reprodução do modo de produção capitalista no Brasil. A pesquisa fundamenta-se em: (1) documentação oficial dos acordos; (2) produção acadêmica multidisciplinar sobre o tema; (3) análise legislativa e (4) material audiovisual do complexo IPES–IBAD. O referencial teórico dialoga principalmente com as concepções de ideologia em Marx, Engels, Gramsci e Althusser. O estudo abrange o período histórico do pós-guerra ao início da Guerra Fria até a consolidação dos acordos no final dos anos 1960 e início dos 1970, estabelecendo relações causais entre os contextos político-econômicos globais e as reformas educacionais brasileiras. A análise destaca tanto os elementos constitutivos que levaram à formalização dos acordos quanto seus impactos diretos no sistema educacional nacional.

Palavras-chave: Ideologia; Aparelhos Ideológicos do Estado; USAID; IPES/IBAD.

Abstract

ÁVILA, Rogério Martino Otero. **Análise dos acordos MEC-USAID e a Ideologia para reprodução do Capital no Brasil.** Advisor: Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha. 2025. Final Paper (Graduated in Social Sciences) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2025.

This final paper analyzes the MEC-USAID agreements from an ideological perspective, focusing on the reproduction of the capitalist mode of production in Brazil. The research is based on (1) official documentation of the agreements, (2) multidisciplinary academic studies on the subject, (3) legislative analysis, and (4) audiovisual material from the IPES-IBAD complex. The theoretical framework engages primarily with the conceptions of ideology in Marx, Engels, Gramsci, and Althusser. The study covers the historical period from the postwar era through the early Cold War to the consolidation of the agreements in the late 1960s and early 1970s, establishing causal relationships between global political-economic contexts and Brazilian educational reforms. The analysis highlights both the key factors that led to the formalization of the agreements and their direct impact on the national education system.

Keywords: Ideology; Ideological state apparatuses; USAID; IPES/IBAD

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADEP	Ação Democrática Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AIEs	Aparelhos Ideológicos de Estado
AREs	Aparelhos Repressores de Estado
ALPRO	Aliança para o Progresso
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CEDI	Centro de documentação e Informação
CHEC	Chefia de Educação e Cultura
CIA	Agência Central de Inteligência
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMCFA	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JFK	John Fitzgerald Kennedy
JK	Juscelino Kubitschek
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OTAN	Aliança do Tratado do Atlântico Norte
PSD	Partido Social Democrático
SNI	Serviço Nacional de Informação
UDN	União Democrática Nacional
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional — <i>United States Agency for International Development</i> (em inglês)
UCF	União Cívica Feminina
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Método e Metodologia	14
2. Origem – O Desenvolvimento dos Acordos Mec-Usaid	15
2.1 A Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels	16
2.2 Hegemonia Cultural e Estado Ampliado, a partir de Antônio Gramsci	18
2.3 Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado, de Louis Althusser	19
2.4 A Busca da Origem dos Acordos MEC-USAID	21
2.4.1 Uma Nova Ordem Mundial – a origem da USAID	22
2.5 O Desenvolvimento dos Acordos MEC-USAID	27
2.5.1 O Contexto de Luta pela Hegemonia	27
2.5.2 O Complexo IPES-IBAD	29
3. A Construção de uma Hegemonia Cultural e sua Efetivação no Aparelho Ideológico Escolar	38
3.1 Introdução	38
3.2 Os Acordos MEC-USAID: os aparelhos ideológicos para além da mercantilização do ensino	38
Conclusão	44
Referências	47
Anexos	50
• Anexo 1: Íntegra dos Trabalhos da Equipe Americana	50
• Anexo 2: Texto dos Acordos MEC-USAID	52

Introdução

Os Acordos MEC–USAID¹ se constituíram de um conjunto de tratativas entre o Ministério da Educação (MEC) brasileiro e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional² (USAID) que ocorreram nos anos de 1960–1970. Tinham como principais objetivos declarados: implantar o modelo educacional e reforçar o ensino superior com base no modelo estadunidense de ensino, modernizar os meios de comunicação, melhorar a eficácia e a produtividade do sistema escolar, bem como atualizar os currículos. Estabeleceram, a partir daí, um novo modelo de educação para o Brasil através de uma fórmula elaborada por técnicos estadunidenses. Significaram uma profunda mudança na estrutura do processo educacional, pois, se antes havia uma preocupação com uma formação humanística, com disciplinas como Latim, Educação Política, Sociologia e Filosofia, com os Acordos, essas disciplinas foram extintas e as disciplinas de História e Geografia tiveram suas cargas horárias reduzidas. Do ensino fundamental até o ensino superior, novas diretrizes foram sendo traçadas pelos Acordos.

O começo das negociações dos Acordos entre os dois países data de 1961, de forma sigilosa, mas somente a partir do Golpe Civil-militar de 1964 começaram a tomar forma. A partir de 1966, a discussão se tornaria pública, chamando a atenção da sociedade e gerando demonstrações de oposição a eles, principalmente por parte dos membros da comunidade acadêmica. Porém, com o amplo domínio nas casas legislativas e no poder judiciário, o regime vigente tornou os Acordos lei no ano de 1968.

Esses Acordos foram construídos sob duas premissas básicas: a privatização do ensino no Brasil e a adoção de uma educação baseada no tecnicismo, necessário, segundo os próprios Acordos, para desenvolver as capacidades dos futuros trabalhadores para a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil a partir da década de 1930, em função do que conhecemos como Capitalismo Tardio³. A

¹ Lei 5.540/1968

² *United States Agency for International Development*

³ Adotou-se aqui o conceito de Jacob Gorender em *O Escravismo Colonial* (1985) no qual foi o escravismo a fase de acumulação primitiva de capital e este somente se estrutura como modo de produção a partir da abolição.

receita era relativamente simples: uma educação voltada para o mercado de trabalho, que fosse capaz de dar conta do desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo brasileiro e que estivesse alinhada aos interesses estadunidenses.

Tanto o Golpe de 1964 como a implantação dos Acordos somente foram possíveis através de um percurso de propagação ideológica que se acentuou principalmente após a Segunda Guerra Mundial com a tensão entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que ficou conhecida como Guerra Fria⁴.

O golpe e os Acordos aconteceram graças a um processo histórico que incluiu diversos sujeitos⁵, Acordos, reuniões, cursos de formação militar e ideológica que, somados, contribuíram para construir com a hegemonia do ideário capitalista no país. São eles: a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), também transformada em lei através do Decreto-Lei 314/68, que visava a eliminar os “inimigos internos”; a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada formalmente em 1949 através da Lei 785/49, mas gestada a partir de 1942, através da Lei de Ensino Militar; a Aliança para o Progresso, lançada em 1961 por John Fitzgerald Kennedy (JFK), então presidente dos Estados Unidos da América, que visava a orientar o desenvolvimento econômico da região assim como a perseguir supostos comunistas ou até mesmo simples opositores sem atuação mais efetiva na política; e, finalmente, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), chamados por Dreifuss de Complexo IPES–IBAD⁶, responsáveis por um amplo programa de formulação e propagação do ideário anticomunista.

Assim sendo, a pergunta que se pretender responder no presente trabalho é: qual o papel dos Acordos MEC–USAID na produção ideológica das condições de reprodução do modo capitalista e de que forma os mesmos foram se consolidando a partir da Guerra Fria no Brasil?

⁴ Nome dado pelo fato de que nenhuma das superpotências adotou enfrentamentos bélicos em larga escala, mas a prática de conflitos entre países ou grupos políticos antagonistas para a defesa de seus interesses, o que ficou conhecido como “Guerra de Procurações”. Exemplos desse tipo de guerra foram: Vietnã, Coreia, Irã-Iraque, Guerra do Afeganistão, Guerra Civil do Líbano, entre outras.

⁵ O termo “sujeito” será utilizado nesse momento de forma genérica, para indicar o autor da ação, posteriormente será desenvolvida uma discussão conceitual da utilização dos termos para diferentes autores, quando a utilização passará a observar as devidas diferenças conceituais.

⁶ Os institutos eram formados por intelectuais orgânicos e setores dirigentes de grandes empresas transnacionais.

O objetivo geral do trabalho é analisar o papel dos Acordos MEC–USAID na produção ideológica que sustenta a reprodução das condições de produção do modo capitalista, bem como identificar de que forma esses acordos se consolidaram no Brasil a partir do contexto da Guerra Fria. Em etapas mais específicas, o trabalho analisará o papel dos Acordos MEC–USAID na produção ideológica que sustenta a reprodução das condições de produção do modo capitalista no Brasil. Para tanto, descreve e examina a origem e o desenvolvimento da ideologia que possibilitou tais acordos, recorrendo às concepções de Marx e Engels sobre ideologia como mecanismo gerador de falsa consciência. Em um segundo momento, explora a construção de uma hegemonia cultural e sua materialização no Aparelho Ideológico Escolar, destacando-se o papel central deste último, conforme Althusser, na manutenção da estratificação social, na extração da mais-valia e na consolidação do modo de produção capitalista como um processo apresentado como inexorável na sociedade brasileira.

Buscará também contribuir com o conhecimento científico no campo das Ciências Sociais por contemplar uma investigação sobre um período pouco estudado na área, conforme pesquisa bibliográfica realizada. Foi possível identificar análises em outras áreas do conhecimento, mas não nas Ciências Sociais sobre os Acordos MEC-USAID e a Ideologia. O material dos próprios Acordos se constitui como novidade para análise na perspectiva da abordagem teórica proposta. Assim, a investigação contribui para pensarmos o processo de construção do desenvolvimento brasileiro a partir da cooperação multilateral de órgãos como a USAID, além da compreensão de construções ideológicas no país na reprodução do sistema Capitalista.

Esta pesquisa busca, enfim, olhar de forma crítica um período histórico que, nascido no processo de industrialização e passando pela Segunda Grande Guerra, constrói uma orientação ideológica tecnicista-liberal (porém, conservadora nos costumes), que possibilitou, através dos sujeitos envolvidos, naturalizar o golpe civil-militar de 1964 e, conseqüentemente, abrir caminho para a implantação dos Acordos MEC-USAID que tinham por objetivo claro condicionar gerações a ocupar seu espaço na divisão social do trabalho, normatizando através dos Acordos, a reprodução das condições de produção capitalista, que condicionam o processo de vida social, política e ideológica no total.

1 Método e Metodologia

Para empreender a análise recorreu-se a uma abordagem marxista, através do método do materialismo histórico-dialético, mais propriamente a partir das obras de Marx, Engels, Gramsci e Althusser. Para fins de recorte histórico, optou-se por focar no período de 1946 a 1976, contemplando os preparativos e os Acordos em si. Para a realização deste trabalho, adotou-se a metodologia qualitativa e a técnica de análise documental, voltando-se para análise do conteúdo de tipo temática.

Como procedimento sistemático, a análise de conteúdo é realizada em três etapas: (1) a fase de pré-análise, na qual são escolhidos os documentos e são sistematizadas as ideias iniciais em um plano de análise; (2) a fase de exploração do material, em que são realizados recortes, escolhas de unidades, regras de contagem e de categorias; e (3) tratamento dos dados e interpretação (Marconi; Lakatos, 2017). Embora haja outras formas de análise de conteúdo, no presente trabalho optou-se pela análise temática, que tem por característica focar as unidades de sentido presentes em um determinado texto.

Sugerem, ainda, os autores que os conteúdos sejam recortados em temas, ou seja, em fragmentos que traduzam uma ideia particular, que tanto pode ser um conceito como uma relação entre conceitos. Tal encaminhamento permite ao pesquisador uma maior aproximação com o sentido do conteúdo, já que a construção das unidades de análise se faz a partir da compreensão do conteúdo. Constituem unidades de análise palavras, expressões, frases ou enunciados referentes a temas cuja apreciação se faz em função de sua situação no conteúdo e em relação a outros elementos aos quais estão ligados e que lhes dão sentido e valor (Laville; Dionne, 1999).

Trata-se de uma análise documental, aliada a uma análise do processo ideológico, gerado pelos Acordos em questão. Diante da grande quantidade de leis, decretos, normas e relatórios existentes uma apuração mais refinada foi exigida para que se possa filtrar aquilo que é mais relevante com foco na Educação. Para que haja uma ideia da dimensão da documentação, nos Anexos I e II constam um breve sumário dos documentos relativos ao Convênio MEC-USAID. Enfim, documentos oficiais, como notas taquigráficas de pronunciamentos no Congresso Nacional à época das discussões sobre os Acordos MEC-USAID, bem como artigos e material audiovisual, em especial as campanhas anticomunistas propagadas pelo IPES e pelo

IBAD, que tiveram um papel fundamental no processo de propaganda e agitação. Em relação às notas taquigráficas, elas foram obtidas em março de 2021 através da busca de pronunciamentos no Diário da Câmara dos Deputados (DCD) compilada pelo CEDI (Centro de Documentação e Informação) da Câmara dos Deputados. Foram utilizados, também, documentos e relatos presentes na obra *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1981) de René Armand Dreifuss; a obra *Beabá dos MEC–USAID* (1968), do então deputado federal Márcio Moreira Alves, que se tornou um porta-voz na luta institucional contra os Acordos, bem como outros artigos sobre o tema.

Assim, ocupa-se este TCC, de forma descritiva, do processo que culminou nos Acordos MEC–USAID com uma análise crítica entremeada pelos conceitos supracitados e de seus sujeitos, bem como os seus papéis, sejam eles protagonistas, sejam coadjuvantes. Perceberemos, ao longo deste trabalho, que vários desses personagens se repetirão em momentos diferentes e em espaços de poder igualmente diferentes.

Dessa forma, ele está dividido em três momentos: além desta introdução, o esclarecimento conceitual das concepções de ideologia, hegemonia cultural, Estado ampliado, aparelhos ideológicos, entre outros, somando-se a busca da origem e do desenvolvimento dos Acordos MEC–USAID. Um segundo momento, que trata da análise específica dos instrumentos que proporcionaram a elaboração e implantação desses Acordos, bem como, de forma geral, seu papel ideológico. As construções desses momentos levam às conclusões que visam a responder a questão: qual o papel dos Acordos MEC–USAID na reprodução das condições de produção do modo capitalista e de que forma ele foram se consolidando a partir da Guerra Fria no Brasil?

2.1.1 Origem — O desenvolvimento dos Acordos MEC–USAID

O objetivo deste capítulo é trazer o esclarecimento conceitual necessário para análise dos Acordos MEC–USAID a partir de um referencial teórico que perpassa a concepção de Ideologia, partindo da obra *A Ideologia Alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels, de que a mesma seria um falseamento da realidade. Em um segundo momento, abordam-se os conceitos de Hegemonia e Estado Ampliado, a partir de Antônio Gramsci, com os quais buscaremos associar a concretização do Complexo

IPES–IBAD; e, em um terceiro momento, toma-se como referência a obra *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado* (19, na qual Louis Althusser aponta o Aparelho Ideológico Escolar como determinante da interpelação dos indivíduos em sujeitos⁷). A partir dessas concepções, e considerando o processo histórico, persegue-se o objetivo específico de identificar o surgimento e o desenvolvimento dos Acordo MEC-USAID.

2.1.2 A Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels

Karl Marx (1818-1883), filósofo alemão, e seu parceiro intelectual, o empresário alemão Friedrich Engels (1820-1895) fundaram o chamado *socialismo científico* ou *marxismo*. Os autores são responsáveis por diversas obras que se tornaram referências para o campo de estudos das Ciências Sociais. Dentre elas destaca-se, para este estudo, *A ideologia Alemã*, escrita entre 1845 e 1846. A obra também é conhecida como a Crítica da Ideologia Alemã, que se caracteriza por conter a crítica da filosofia pós-hegeliana⁸.

Inicia-se constatando que, em sua busca de explicar o sistema Capitalista, os pensadores Marx e Engels não estabeleceram uma teoria, de forma sistemática, sobre ideologia. Defendiam que a ideologia era uma falsa consciência. Tratavam-se de distorções do mundo real e, portanto, descoladas das condições materiais. Apesar disso, é um conceito importante para compreender de que forma a classe detentora dos meios de produção, ou a burguesia, produz e reproduz a dominação de classe.

Marx e Engels, ao explicar a estratificação social, apontam que as sociedades ao longo da história estão divididas em duas classes sociais, a dos dominantes e a dos dominados; e que a determinação dessas classes se faz a partir de quem detém os meios de produção em cada época histórica. No caso do Capitalismo, a burguesia, por ser detentora dos meios de produção, é a classe dominante. Para a manutenção desse sistema, essa perspectiva teórica advoga que os conjuntos das forças produtivas e das relações de produção constroem uma estrutura social baseada na exploração da classe trabalhadora, ou seja, de sua força de trabalho. Contudo, cada sociedade também produz relações políticas, culturais e sociais, além de instituições

⁷ Para o autor, indivíduo e sujeito não são categorias análogas.

⁸ Movimento filosófico que se desenvolveu após a obra inaugurada pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

correlatas. Os produtos dessas relações constituiriam uma superestrutura que se estabelece em cima da estrutura estabelecida por cada sociedade. A superestrutura se constitui da estrutura jurídico-política e da estrutura ideológica, que permitem a consolidação e a perpetuação das classes dominantes (Marx; Engels, 2009).

A Ideologia não estaria, assim, presente na infraestrutura e não haveria nenhuma determinação sobre ela. Um conceito que traz consigo uma negatividade, pois além de falsa realidade e distorção, seria um instrumento de dominação da classe burguesa. No entanto, não se pode negar que há também um processo latente e descritivo nos autores, sobre se a ideologia estaria presente nas questões artísticas, culturais, filosóficas etc., e se nesses casos também se produziria em torno da negatividade ou, aqui, haveria uma positividade. Tem-se então um problema: se a ideologia é um falseamento da realidade social e somente a ciência estabelece concepções concretas da realidade, se poderia colocar essa sentença no auge do positivismo: a ciência é a verdade e a ideologia é mentira. Contextualizando, é necessário entender que essas colocações de Marx e Engels eram respostas aos jovens hegelianos e à ideia de “ideal”. A ideologia como um ideal é, portanto, falsa, pois, distante das condições materiais e da luta de classes, não existe na realidade. Concluindo, para Marx e Engels, a dominação burguesa se daria através do Estado enquanto aparato repressor e persuasivo, o que, mais uma vez, não distinguiria a Ideologia e seu protagonismo nos mecanismos sociais (Marx; Engels, 2009).

Na visão marxiana, o Estado é um instrumento da classe dominante para a opressão de uma classe sobre a outra, ou seja, “o governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia.” (Marx; Engels, 1848). Nesse sentido, a ideologia em Marx e Engels se relaciona com o Estado porque ambos são instrumentos de dominação da burguesia sobre o proletariado, pois em *Crítica à filosofia do direito*, Marx se opõe à ideia de um Estado que exclui a possibilidade de participação da classe trabalhadora.

A herança e as lacunas deixadas por Marx e Engels sobre o tema leva outros autores a desenvolverem o debate considerando a questão em outras perspectivas. É o caso de Antônio Gramsci, como será visto na sequência.

1.1.3 Hegemonia Cultural e Estado Ampliado, a partir de Antônio Gramsci

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista, historiador, jornalista, crítico literário, escritor e político, primeiramente do Partido Socialista Italiano e que, em seguida, veio a fundar o Partido Comunista Italiano. Apesar dessa caracterização, é possível destacar particularidades do pensamento gramsciano em relação ao marxismo. Para Gramsci, o materialismo histórico-dialético não pode se reduzir ao economicismo ou positivismo de Marx e Engels. Nesse sentido, Gramsci vai acrescentar ingredientes novos à visão marxiana do método. Elementos como o direito, a literatura, as ciências sociais e, também, a educação aparecem como libertadores. Nesse sentido, as escolas seriam um instrumento de superação da classe dominante e se incorporam ao materialismo histórico-dialético.

É relevante para este trabalho esclarecer, também, o conceito de hegemonia em Gramsci, pois ele se relaciona com a ideia de ideologia. Na concepção de Gramsci, a hegemonia não é um conceito de maioria, mas de quem dirige o Estado. Trata-se da dominação político-ideológica e cultural de uma classe sobre a outra. Em seus estudos sobre as sociedades capitalistas, Gramsci depreende que o Estado assumiu novas complexidades. O Estado, por sua vez, exerce um papel repressor na sociedade objetivando a manutenção do *status quo*. Porém, Gramsci vai retirar do Estado a exclusividade da persuasão, ou seja, a capacidade de convencimento, através de instrumentos culturais, políticos, econômicos etc. Esta seria também exercida por mecanismos sociais: igrejas, política, família, escola, sociedade civil em geral. Sendo assim, em linhas gerais, o Estado exerce o poder coercitivo, sob o domínio da classe dominante, no caso, a burguesia, e essa mesma burguesia exerce sua dominação ideológica através da persuasão, para além da coerção. Ainda no tema, Gramsci vai refletir sobre a ideia de um Estado Integral, no qual a fusão do Estado com a sociedade civil vai operar lado a lado o consenso através da ideologia e da repressão nas situações mais críticas (Gramsci, 2007).

Em relação ao conceito de Estado Ampliado e Sociedade Civil, Gramsci percebe que a sociedade se formula através de grandes eixos superestruturais, que podem ser chamados de “sociedade civil”. Entendidas por organismos vulgarmente denominados privados e o da “sociedade política ou Estado”. Ambos correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que a classe dominante exerce sobre o

conjunto da sociedade e àquela de domínio direto ou de comando que se expressa no Estado (Gramsci, 2007).

Dessa forma, tem-se a ideologia como um elemento de positividade, de ação política, prática social e não mais como uma negatividade, um falseamento da realidade, mas como uma potência necessária à luta de classes. As ideologias são diversas e conflitantes, no entanto, essenciais para a organização da sociedade e, em contrapartida, também da luta de classes. Exemplificando, assim como a ideologia estabelece um modo de vida, um “*american way of life*”, também organiza a luta de classes e estabelece a ideologia da classe trabalhadora. Aqui, para Gramsci, a ideologia é a luta de classes em sua teoria. Também em Gramsci, teremos a ideologia enquanto concepção de mundo e, como tal, instrumento da disputa social: Hegemonia *versus* Contra-hegemonia. A contra-hegemonia seria o campo de luta dos dominados para combater o campo hegemônico burguês, ou ainda, a tentativa de desconstituição política, econômica e cultural da hegemonia cultural burguesa. Além disso, esses grupos opostos não são homogêneos; de um lado ou de outro, interesses coletivos e/ou individuais exercerão suas pressões políticas. Por fim, o pensamento de Gramsci vai se relacionar à teoria do pensador Louis Althusser como será visto na próxima sessão.

2.1.4 Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado, de Louis Althusser

Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo franco-argelino, pensador marxista, e membro do Partido Comunista Francês. Ele foi estudante e professor da Escola Normal Superior de Paris. Acompanhou as premissas dos conceitos gramscianos tanto de ideologia como de Estado. Uma de suas principais contribuições foi avançar no conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado. Contudo, em relação à teoria marxiana, Althusser afirmará que a ideologia é a relação imaginária que os sujeitos têm com os modos de produção, e não uma falsa consciência. Por exemplo, um trabalhador se sente como um *colaborador* de uma fábrica e não como um explorado. Ele não deixa de considerar que a realidade é concreta, ela está ali, o que é falso é a relação que esse trabalhador tem com o seu trabalho explorado. Sendo assim, a ideologia se materializa, ela não é subjetiva (Althusser, 2007).

Existem outros dois pontos que se deve considerar para fins de entendimento da teoria althusseriana e que são fundamentais para entender a ideologia em

Althusser. Primeiro, que existe uma Ideologia geral (*omni*-histórica, não-histórica) e existem ideologias particulares (essas, sim, são históricas). As ideologias particulares são ideologias calcadas de formas específicas: a ideologia dos senhores feudais, do homem pré-socrático, a ideologia de setores sociais, enfim, ideologias particulares. Já a Ideologia geral são os mecanismos que serão comuns a todas as ideologias particulares e como elas se dão e funcionam para todos os seres sociais (Cassim, 2010).

Adentrando em seres sociais, precisa-se entender outro conceito fundamental da obra de Althusser (2007), que é a questão do “sujeito” e do “**Sujeito**”. Os indivíduos, para se identificarem, necessitam ser reconhecidos e se reconhecerem. Se alguém nunca foi chamado por seu nome, esse alguém nunca se reconhecerá naquele nome. Se alguém nunca o chamar de “Pedro”, o Pedro não saberá que se chama Pedro. Esse reconhecimento da identidade ao “chamar Pedro” é o que Althusser vai chamar de interpelação. O Pedro saberá que é Pedro porque foi interpelado e, desta forma, assujeitado. Esse assujeitamento, em termos sociais, se dará através das ideologias particulares. E, para que se possa melhor entender algumas ponderações deste trabalho, faz-se necessário, aqui, a explicação da diferença do Sujeito com “S” maiúsculo do sujeito com “s” minúsculo: Sujeito é o interpelador, e sujeito é o interpelado (Althusser, 2007).

Bem como Ideologia Geral será com “I” maiúsculo; e ideologias particulares, com “i” minúsculo — mesmo padrão mantido para sujeito e Sujeito. Após essa explanação sobre os conceitos de ideologia, assim serão escritos esses conceitos a fim de melhor entendimento e, também, para não *trair* a ideia original do autor. Conclui-se, então, da seguinte forma o pensamento de Althusser na qual a ideologia possui três elementos: primeiro, a Ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; segundo, a ideologia tem existência material; e terceiro, a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito (Cassim, 2020).

Para melhor esclarecimento do pensamento do autor sobre ideologia e da sua relação com a escola, inicialmente é necessário distinguir o que Althusser classificará em Aparelhos Repressores de Estado (AREs) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Os AREs constituem-se em governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões etc. Por repressivo entende-se que o aparelho de Estado se dá através da violência em situações limites, mas não somente, também se dará através de sanções

administrativas, não físicas. Já os AIEs se dão através de instituições diversas e especializadas, as quais Althusser assim classificou: AIE religioso; AIE escolar (sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas); AIE familiar (a família também desempenha outras tarefas além da de AIE, ela intervém na reprodução biológica da força de trabalho); AIE jurídico (que também exerce o papel de ARE); AIE político (sistema e partidos); AIE sindical; AIE de informação; AIE cultural. Assim, qual o papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado nessa concepção? A resposta é relativamente simples, os AIEs, enquanto formadores da Ideologia, garantem a reprodução das relações de produção (Althusser, 2007).

Na teoria de Althusser (idem), em cada sociedade, a escola é um aparelho que articula e implementa o processo de interpelação do indivíduo em sujeito. Ela participa da consolidação do sujeito. Por isso, a escola é um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, pois ela atua na manutenção da ordem social vigente ao produzir e reproduzir comportamentos, práticas e rituais que vão compor a Ideologia. O Aparelho Ideológico Escolar, segundo o próprio Althusser, seria um dos mais importantes dos aparelhos ideológicos, tanto para garantir a estratificação social quanto para a extração da mais-valia.

A compreensão desses conceitos é importante para este trabalho porque é possível perceber a ideologia liberal capitalista propagada através da formação proposta nos Acordos MEC-USAID na formatação dos aparelhos ideológicos do Estado: Escola Superior de Guerra, escolas básicas e Universidade, como se verá posteriormente.

2.2 A busca da origem dos acordos MEC-USAID

Esta seção busca realizar a contextualização histórica do período de 1946 a 1966 com foco nos Acordos MEC-USAID visando a identificar a origem desses Acordos no Brasil. Não é objetivo realizar uma revisão histórica ou um exame exaustivo dos fatos históricos, mas destacar a dinâmica dos fatores que propiciaram a atuação da USAID na construção ideológica do modelo educacional brasileiro.

2.2.1 Uma Nova Ordem Mundial — a origem da USAID

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, passa a se configurar uma nova ordem mundial. É possível observar nas mudanças ocorridas uma transformação na forma de fazer política e o surgimento de outra configuração econômica. Enquanto a Europa começava seu período de reconstrução com o Plano Marshall ⁹ (1948), os EUA experimentaram um crescimento econômico caracterizado pelo crescimento da indústria, do desenvolvimento tecnológico, da expansão do comércio mundial. Enquanto isso, em paralelo, a União Soviética surgiu como uma potência mundial, também desenvolvendo seu poder industrial e tecnológico, se estabelecendo como um bloco socialista.

A tensão entre a URSS e o ocidente se reafirmou em uma configuração que veio a se chamar Guerra Fria. Após as assinaturas da Aliança do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹⁰, em 1949, e do Pacto de Varsóvia¹¹, em 1955, o mundo é dividido pelo que ficou conhecido como Cortina de Ferro, uma linha geopolítica que dividiu a Europa em duas: a Ocidental e a Oriental. O bloco ocidental alinhou-se às políticas estadunidenses e britânicas; e o bloco oriental, às políticas soviéticas. O Brasil não foi signatário de nenhum dos tratados e, por sua importância geopolítica, tornou-se alvo ideológico de ambos os lados, mas mais notadamente da OTAN que, antes mesmo de sua existência formal, já tinha suas ramificações no território brasileiro, como será visto em seguida.

Assim, na busca por manter o controle e ampliar a influência sobre os territórios adjacentes, os EUA desenvolveram estratégias de atuação para a América Latina, uma vez que, desde antes da Primeira Grande Guerra, consideravam a região como parte de sua zona de segurança, o que ficou estabelecido com a Doutrina Monroe, de 1823, que buscava restringir a ação de potências europeias nas Américas. Não era possível, dessa maneira, ignorar que no Século XX as revoluções socialistas tomaram fôlego, e, na região, a revolução em Cuba, em 1959, representou uma grande ameaça para os EUA. Se no Século XIX, no Manifesto Comunista, Marx e Engels afirmam que um espectro assombra a Europa, no Século XX esse espectro vai se espalhar pelo mundo inteiro.

⁹ Plano humanitário e econômico de reconstrução da Europa pós-guerra.

¹⁰ A OTAN que aglutinou os países orientados pelo modo de produção capitalista.

¹¹ Tratado que organizou os países do bloco socialista.

É possível compreender como parte integradora da estratégia estadunidense para América Latina, no pós-Segunda Guerra, a atuação de vários organismos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1945 para ajudar a estabilizar a economia internacional na Conferência de Bretton Woods¹²; e o Banco Mundial, criado em 1944 no contexto dessa mesma conferência, que tinha por objetivo “a discussão de um novo sistema monetário internacional” e também financiar projetos de infraestrutura em todo o mundo. Não à toa, o Chile, que foi a primeira experiência neoliberal na América Latina, também foi o primeiro país fora da Europa a receber financiamento, em 1948, para construção de uma hidrelétrica. É possível falar ainda, na Agência Central de Inteligência (CIA), criada no início da Guerra Fria, tendo como um de seus objetivos controlar e reverter os governos nacional-populistas do Terceiro Mundo (Rampinelli, 2007). E, logicamente, não é possível deixar de falar na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), criada em 1961, com o intuito de ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social internacional.

No período dos anos 1950, o mundo vivia a reconstrução pós-guerra com o Plano Marshall, o Macarthismo¹³, a Guerra Fria etc. A ocasião propiciou um novo ideário, uma concepção calcada no desenvolvimento capitalista para o mundo ocidental, que se expressou nos mais diversos setores sociais. Na cultura, os jeans de Marlon Brando e James Dean, que representavam a rebeldia juvenil; as séries de ficção científica que apontavam para os saltos tecnológicos do desenvolvimento futuro (propagandas subliminares anticomunistas); o *rock’n’roll*, como uma forma nova e mais livre de se expressar; a alta-costura na Europa aliada à sua reconstrução econômica e cultural; dentre outros fatos fizeram esse período ser propagado como a época de ouro, um divisor de águas, que representava a superação da crise de 1929¹⁴ e do período de guerras mundiais para adentrar um período de desenvolvimento seguro nos países ocidentais. Dessa forma, é possível observar a promoção da ideologia se materializando em várias frentes, onde a cultura foi utilizada para

¹² Conferência realizada por 44 países que estabeleceu regras para o sistema monetário internacional, bem como criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

¹³ Prática instaurada pelo então senador Joseph McCarthy e conduzida pelo Comitê de Atividades Antiamericanas, que visava à perseguição de supostos comunistas em diversas áreas da sociedade estadunidense e que na prática resultava em demissões, prisões e, em alguns casos, exílios.

¹⁴ Quebra na bolsa de valores que gerou um período de forte empobrecimento.

propagar um estilo de vida almejado para garantir a reprodução capitalista e consolidar o bloco estadunidense frente ao bloco socialista.

No Brasil não foi muito diferente, pois o país viveu um momento de profundas mudanças socioculturais nesse período pós-guerra. O crescimento populacional que, nesse período, chegou a quase 35%, as ideias de desenvolvimento de Getúlio Vargas, a fundação da Petrobras, a construção de Brasília, a atuação de Juscelino Kubitschek (JK) com o slogan “fazer 50 anos em 5”, o êxodo rural, o ideário consumista nos padrões estadunidenses de aquisição de eletrodomésticos e a instalação do parque industrial na região do ABC paulista foram alguns dos exemplos do período que promoveram o ideário da modernização e do desenvolvimento capitalista como um forte desejo nacional. Para além disso, o Brasil passou no campo esportivo e cultural por momentos de grande ufanismo que levavam à exposição internacional: a primeira TV brasileira (TV Tupi de Assis Chateaubriand); a conquista da Copa do Mundo de Futebol em 1958; na música, a Bossa Nova transformara-se num produto de exportação admirada pelo mundo afora, bem como o Cinema Novo de Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos. Tudo reforçava um modelo modernizante de sociedade que promovia o sonho de um desenvolvimento promissor, principalmente, para uma população, em especial, a classe média brasileira, pequena burguesia e demais trabalhadores bem-remunerados, que crescia orgulhosa de si.

Na política, as plataformas expressavam a disputa entre os dois blocos da Guerra Fria. Uma vez que os partidos comunistas se ramificaram por diversos países, França, Itália, Alemanha e, também no Brasil. Em que pese o Partido Comunista não ter conseguido angariar as massas, não deixava de ser o espectro que “assombrava”, pois a disputa se expressava cotidianamente na construção ideológica do que representaria cada bloco, sendo que a propaganda do bloco capitalista o associava à liberdade, ao moderno, ao desenvolvimento tecnológico e ao consumo, enquanto o bloco socialista era propagado como autoritário, atrasado e intolerante. Ao mesmo tempo, a ação de socialistas e comunistas contrapunha a ideia de liberdade capitalista com a de expropriação da classe trabalhadora, divulgavam a busca da igualdade social e clamavam pelo poder da classe trabalhadora, a classe efetivamente produtiva.

No campo das ideias, é possível perceber, ainda, a persuasão do ideário Capitalista se inserindo entre as classes dominantes brasileiras, que transferiam seus negócios internacionais da Europa para os Estados Unidos da América. Um marco importante para propagação e alinhamento das ideias que sustentam o capitalismo no

país aconteceu em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951). Esse foi o primeiro governo do período democrático brasileiro após o fim da Era Vargas (1930–1945), e o presidente se destacou por ter sido o comandante da repressão à Intentona Comunista de Luís Carlos Prestes, nos anos de 1935/36.

Também no período do governo Dutra, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), que desempenhou um papel importante na promoção do ideário estadunidense. Após sua participação na Segunda Guerra Mundial, em especial na Itália, formou-se um pequeno grupo de oficiais de caráter modernizante-conservador. Esse pequeno número de oficiais foi o nascedouro da Escola Superior de Guerra (ESG), com forte incentivo da *National War College*, dos Estados Unidos. Muitos deles logo vieram a imiscuir-se na política partidária, em especial na UDN (União Democrática Nacional), um partido conservador e liberal no Brasil.

A Escola Superior de Guerra nasce como um reduto político-ideológico. O espaço é compartilhado com os tecno-empresários, muitos deles conferencistas da ESG, em congruência do ideário de um desenvolvimento industrial capitalista. Dela, a ESG, participam proeminentes nomes da hierarquia militar, tais como Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Cordeiro de Farias e Juarez Távora, entre outros. Entretanto, a participação de empresários na vida militar não era uma via de mão única, não havia uma separação clara entre esses papéis, uma vez que diversos militares eram acionistas ou dirigiam setores estratégicos de empresas privadas, entre elas a Volkswagen, Mercedes Benz, Light S.A., Mesbla S.A., Banco Mercantil de São Paulo, Moinhos Rio-grandenses, Samrig S.A. e grupo Assis Chateaubriand, apenas para citar os mais conhecidos (Dreifuss, 1981).

A ESG foi estabelecida como um Instituto de Altos Estudos integrante da Chefia de Educação e Cultura (CHEC) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) do Ministério da Defesa brasileiro. Imbuídos do ideário de desenvolvimento, a criação da ESG traz para si essa responsabilidade, pois “Desde o início de seu funcionamento a Escola Superior de Guerra (ESG) buscou imprimir uma identidade que demarcava e reforçava a ideia de que seria uma instituição que se encarregaria de desenhar e induzir o tão almejado desenvolvimento”. (Lima; Filho, 2024). Contribuindo com a ação proposta e a fim de preparar os futuros integrantes da escola, vários cursos foram ministrados por militares estadunidenses na ESG com o objetivo de barrar um avanço do comunismo no continente americano. Com isso, também, se fortaleceram as relações econômicas do Brasil com os Estados Unidos, favorecendo a

política externa deste último, a qual, principalmente no pós-guerra, buscava construir-se enquanto superpotência. Essa proximidade entre a ESG e os EUA permitiu também que Acordos como o do MEC-USAID se realizasse de forma sigilosa ainda em 1961.

A respeito da ESG, diz Vasconcelos (2020, p. 03) que

[...] a ESG produziu um corpo de pensamento que, tomando por elementos centrais a questão da consecução dos objetivos nacionais através de uma política de segurança nacional, forneceu fundamentos teóricos para a avaliação das estruturas do Estado brasileiro e permitiu um planejamento político e econômico de desenvolvimento do país totalmente identificado com os ideais capitalistas associado-dependentes. (Vasconcelos, 2020, p. 03)

Ainda nesse contexto, a ESG teve como um de seus principais objetivos a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) (livro-base, p. 99), que, apesar de funcionar como processo ideológico materializado nos procedimentos militares do Exército Brasileiro, as diretrizes da DSN defendiam a preservação de valores cristãos, da democracia (naturalmente essa democracia era a da Ideologia dominante e em nada se coaduna com as forças contra hegemônicas) enquanto regime que buscasse o “progresso” tal como os melhores modelos do mundo (no caso o modelo estadunidense). Portanto, essas diretrizes remeteriam exatamente aos padrões que até hoje regem diversas forças políticas que têm no slogan “Deus, Pátria, Família e Liberdade” seu principal viés ideológico. Novamente aqui se apresentam as premissas da luta anticomunista no Brasil, que pode ser ilustrada através de vários slogans veiculados nessa época: como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, usado pelo general Emílio Garrastazu Médici entre 1969 e 1974; “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”; “Eu te amo, meu Brasil”; “Pra frente Brasil”; “Brasil, Pátria Amada”. Tal ilustração demonstra uma das maneiras de propagação do ideário capitalista, como reforça a seguinte análise:

[...] A DSN se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos aqueles condizentes com o ideário revolucionário, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem.”. (Bueno, 2014, p 53).

Com isso, A ESG forneceu alguns dos subsídios ideológicos materiais para o golpe militar que aconteceu em 1964. Com o argumento do combate ao comunismo,

em conjunto com os interesses dos grupos econômicos transnacionais, a escola contribuiu para a consolidação da dominação burguesa. A Escola Superior de Guerra, assim, nas suas duas primeiras décadas de existência, pôde construir um ambiente favorável ao aumento da repressão como meio “natural”, ou seja, naturalizado, de “limpeza” política. Isso se deu, como já dito, a partir de um alinhamento com as técnicas ideológicas e militares estadunidenses, com base em valores empresariais.

Partindo do exposto, a ESG, e a Doutrina de Segurança Nacional, é aqui observada a partir da premissa ideológica e da contradição entre a submissão internacional, por um lado, e por um projeto de fortalecimento das Forças Armadas brasileiras nacionalistas, por outro. Nesse sentido, a ESG será (imiscuída com interesses transnacionais, como já dito), fundamental para a gestação de dois grandes instrumentos que viriam a capitanear o Golpe civil-militar de 1964 (golpe de classes), a saber: o complexo IPES-IBAD. No entanto, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre um novo ingrediente do período: a Aliança para o Progresso (ALPRO), o que será feito na próxima seção.

2.3. O desenvolvimento dos acordos MEC-USAID

O final dos anos 1950 e começo dos anos 1960 caracterizaram-se por novas mudanças de concepções: novas guerras e novos métodos; pelas guerrilhas rurais, pelo avanço do socialismo; e os freios do capitalismo. As guerras por procuração se intensificaram, a polaridade idem, e esses adventos se espalharam por essa nova configuração do mundo moderno pós-guerras mundiais. Conflitos que viriam a marcar o mundo tornaram-se estandartes desse novo período. A Revolução Chinesa, a Guerra do Vietnã, precedida pela Guerra da Coreia, a Revolução Cubana e, posteriormente, a crise dos mísseis, apenas para citar alguns movimentos que alertavam, principalmente, o campo hegemônico da História de um fortalecimento da contra-hegemonia.

2.3.1 O contexto de luta pela hegemonia

Considerando os fatos históricos já elencados, os Estados Unidos da América articularam um instrumento que garantisse sua hegemonia nas Américas. Assim

nasceu a Aliança para o Progresso (ALPRO-1961). AALPRO foi um importante agente ideológico, cultural, militar e econômico que propunha um novo avanço nas relações de produção para os países assim chamados subdesenvolvidos. Em 1961, Kennedy fez, para membros do congresso estadunidenses e embaixadores das repúblicas latino-americanas, o seguinte discurso:

[...] Primeiro, proponho que as Repúblicas Americanas iniciem um vasto novo Plano Decenal para as Américas, um plano para transformar a década de 1960 em uma década histórica de progresso democrático. [...] Portanto, se os países da América Latina estão prontos para fazer sua parte, e tenho certeza de que estão, então, acredito que os Estados Unidos, por sua vez, devem ajudar a fornecer recursos de escopo e magnitude suficientes para tornar este ousado plano de desenvolvimento um sucesso -- assim como ajudamos a fornecer, contra probabilidades quase iguais, os recursos adequados para ajudar a reconstruir as economias da Europa Ocidental. Pois, somente um esforço de dimensões gigantescas pode garantir o cumprimento de nosso plano para uma década de progresso. [...] Pois, se nossa Aliança for bem-sucedida, cada nação latina deve formular planos de longo prazo para seu próprio desenvolvimento, planos que estabeleçam metas e prioridades, garantam estabilidade monetária, estabeleçam a maquinaria para mudança social vital, estimulem atividade e iniciativa privadas e providenciem um esforço nacional máximo. Esses planos serão a fundação de nosso esforço de desenvolvimento e a base para a alocação de recursos externos. (Kennedy, J.F. 1961)

O discurso “esperançoso e promissor” de Kennedy refletia o que os Estados Unidos da América tinham como eixos para a América Latina: domínio comercial, ou seja, desenvolvimento econômico que possibilitasse um mercado consumidor externo; domínio político, que freasse a possibilidade de novos avanços socialistas na América Latina; e consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira através dos conceitos de modernidade e desenvolvimento.

E encerra:

[...] Vamos mais uma vez transformar o continente americano em um vasto cadinho de ideias e esforços revolucionários -- um tributo ao poder das energias criativas de homens e mulheres livres -- um exemplo para todo o mundo de que liberdade e progresso andam de mãos dadas. Vamos mais uma vez despertar nossa revolução americana até que ela guie a luta das pessoas em todos os lugares -- não com um imperialismo de força ou medo -- mas com o governo da coragem, liberdade e esperança para o futuro do homem. (Idem)

Segundo Dreifuss (1981), os governos estadunidenses promoveram uma verdadeira cruzada antidemocrática e de desrespeito à soberania popular e aos

direitos garantidos na Declaração Universal de Direitos Humanos. A Alpro apenas tornou clara a participação efetiva dos EUA nos rompimentos institucionais sul-americanos. Tal posição fica reforçada com a descoberta recente de documento da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1963, que comprova um plano de contingência dos EUA para deposição do poder do presidente João Goulart, a Operação Brother Sam (Jornal da USP)

No Brasil, chama atenção que a Aliança para o Progresso é assinada, já em 1961, em paralelo à criação da DSN e da ESG, indicando uma confluência de eventos que se reforçam. Demonstrando um pragmático conjunto de ações visando à eliminação de opositores (socialistas e comunistas) para que o governo estadunidense pudesse se constituir em definitivo como a bússola das Américas, sendo tanto pela dominação ideológica como pela implementação de políticas econômicas espoliadoras.

O governo da “coragem, liberdade e esperança” propagado por JFK, contudo, e expresso na Aliança para o Progresso serviu na realidade para outros propósitos na região latino-americana, como fornecer suporte para deflagração de diversas ditaduras. Foi responsável por várias operações antidemocráticas, que visavam à cooperação para países na perseguição, tortura, exílio e morte dos opositores aos regimes ditatoriais na América Latina. As ideias de combate ao comunismo ou de promoção do capitalismo foram impulsionadas por ações da USAID nos países em desenvolvimento e, em particular no Brasil, com a criação do Complexo IPES-IBAD como discutido a seguir.

2.3.2 O complexo IPES-IBAD

No ano de 1959, formaliza-se no Brasil o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma espécie de *Think Tank* transnacional, financiado por grandes empresários brasileiros e estadunidenses e com forte apoio da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos. Esse é um pontapé fundamental, por parte dos EUA, que combinado posteriormente com as ações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) permitiu tanto a tentativa de desestabilização do governo Juscelino Kubitschek (JK) como da formulação de um futuro rompimento

institucional que culminaria no golpe civil-militar de 1964. A união desses dois institutos foi nomeada por Dreyfuss (1981) e ficou conhecida como “Complexo IPES-IBAD”.

Atendo-se, primeiramente ao IBAD, pois foi fundado dois anos antes do IPES, o instituto ocupava-se de produzir diversas frentes de atuação na propagação do anticomunismo. O IBAD possuía, além da CIA, um amplo cabedal de parcerias, tanto com o grande capital quanto com diversas entidades anticomunistas, que passavam por movimentos de mulheres, juventude, movimento estudantil, trabalhadores, sindicalistas e, em 1962, com a Ação Democrática Popular (ADEP), esta, na atuação com fins eleitorais. No campo da propaganda, havia em torno de cem programas semanais de rádio produzidos pela agência de propaganda *Promotion*, de propriedade de um dos principais nomes do IBAD. Além disso, havia a revista mensal Ação Democrática com a razoável circulação de aproximadamente 250 mil exemplares, buscando amear a adesão popular, naquilo que Antônio Gramsci chamou de hegemonia cultural, por meio de uma indústria cultural. Ou seja, no caso em tela, do Capital sobre o proletariado: uma perspectiva de doutrinar “corações e mentes” através da consolidação de valores socioculturais de uma classe sobre a outra. E foi bastante eficaz: vide o apoio de mulheres, jovens, trabalhadores, estudantes e, até mesmo, sindicalistas através dessa hegemonia cultural propagada pelos instrumentos utilizados pelo complexo IPES-IBAD (Dreifuss, 1981).

Com práticas semelhantes, quase idênticas, e objetivos em comum, “brota”, dois anos e meio depois do IBAD, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, formando assim o chamado Complexo IPES-IBAD. Esse complexo exercia o papel de propagador de uma doutrinação ideológica de uma classe sobre a outra através de duas modalidades de ação: a ação ideológica e social e a ação político-militar. Conforme Dreifuss (1981), a ação ideológica e social se dividia em doutrinação geral e doutrinação específica. Na doutrinação geral, o objetivo consistia em apresentar o ideário da elite orgânica (capitalista) para os agentes das tomadas de decisão, bem como para a população em geral, tanto dentro como fora da estrutura estatal, visando a consolidar um embate ideológico em camadas específicas da sociedade. Já a doutrinação específica buscava consolidar uma “classe para si” através da moldagem de consciências e da organização de setores sociais dominantes para atuação por dentro do Estado. Isso permitiria criar lideranças que unissem os interesses dessas

elites, bem como cooptar setores sociais da classe média e formular atividades de doutrinação de sindicalistas, estudantes, camponeses e mesmo de líderes militares.

Em ação de doutrinação específica no Brasil, de acordo com o que foi definido por Dreifuss (1981), é possível identificar, em curto prazo, a busca pela destituição de Jango da presidência e por impedir as possíveis mobilizações populares legalistas. O movimento teve sucesso, pois João Goulart foi deposto e, no imaginário popular, principalmente após a Marcha com a Família com Deus pela Liberdade, o “Comunismo” era um mal a ser extirpado da sociedade pela sociedade.

A Marcha se caracterizou por um conjunto de manifestações, ocorridas no período de 19 de março a 8 de junho de 1964, em várias cidades brasileiras, como reação ao ideário de ameaça comunista construído pelos militares a partir do discurso do presidente João Goulart (Jango) e de ações dele, como desapropriação de terras à beira de rodovias, ferrovias e barragens federais; o controle de refinarias de petróleo; e a promessa de reformas de base, como a agrária e tributária, entre outras. Somaram-se às ações do presidente para construção da imagem de ameaça ações de pequenos grupos radicais em prol de uma revolução comunista.

A esse respeito, o conceito de Estado Ampliado, desenvolvido por Gramsci (2001), segundo o qual a dominação não se executa tão somente no conceito *stricto sensu* de Estado, mas também através da sociedade civil, é útil para compreender tanto a busca como a situação de apoio de movimentos sociais e instituições civis ao movimento golpista, como Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira, Igreja Católica.

Portanto, a propagação das ideias de que o comunismo e o socialismo combatiam valores cristãos como o casamento, a submissão feminina, a obediência dos filhos, a livre expressão religiosa e a propriedade privada angariava uma dupla vantagem para o Capital: conquistar como aliado político-ideológico a Igreja Católica, a maior força religiosa do país, e tornar todo movimento contra-hegemônico automaticamente um sujeito de destruição desses valores, comumente entendidos como “judaico-cristãos”.

Uma das táticas para promoção dessa ideia de que o comunismo e o socialismo combatem e proíbem as religiões parte da interpretação das palavras marxianas de que “a religião é o ópio do povo”, o que foi reforçado pelas palavras do presidente João

Goulart de que "não é com Rosários que se combatem as reformas"¹⁵. No entanto, essa ponte somente se capilarizaria com o amplo aparato de propaganda e agitação, que foi exercido pelos militares, e posteriormente pelo que ficou conhecido como o Complexo IPES-IBAD.

A união de esforços é perceptível, nesse excerto da propaganda do Complexo IPES-IBAD, que reforça as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, em relação aos valores, a democracia burguesa e a tradição cristã, os quais, em outro contexto, Gramsci analisa sob a teoria da hegemonia cultural e do Estado Ampliado. A "sociedade civil", enquanto privada, mas regida por regras da hegemonia burguesa e reguladas pelo Estado:

[...] Hitler não teria dominado a Alemanha e a conduzido através de crimes sem par na história como a horrível matança dos judeus, à destruição total numa guerra insensata se as elites dirigentes alemãs tivessem compreendido a necessidade de tudo fazer para impedir um choque aberto e violento entre a esquerda e a direita antes que fossem colocados diante de uma terrível noção: nazismo ou comunismo. E nós? Para onde estamos sendo conduzidos? O Brasil vive momentos difíceis, as manifestações populares tornam-se cada vez mais agressivas. A inquietação atinge os meios rurais. Os demagogos agitam a opinião pública enquanto a inflação desenfreada anula os melhores esforços dos brasileiros. Sobre a crise econômica e social desenvolve-se uma crise política. O governo está indeciso, Para onde irá o regime híbrido? Vencerão as instituições democráticas no entrechoque das divisões desenfreadas. Da crise ao caos, o país pode ser arrastado a uma crise inconciliável. O que estamos fazendo nós para que se coloque ao povo brasileiro a trágica opção entre soluções antidemocráticas? Nós, os intelectuais, nós, os dirigentes de empresas, nós, os homens com responsabilidade de comando, nós que acreditamos na democracia e no regime de livre iniciativa, não podemos ficar omissos enquanto a situação se agrava dia-a-dia: a omissão é um crime!

(...) Assassinando milhares de cidadãos russos que se opunham à ditadura esmagando os anseios de liberdade e autodeterminação dos povos satélites, o regime soviético cometeu crimes que estarreceram o mundo. Na Itália, Alemanha, URSS, em Cuba, na China, a história foi sempre a mesma."

(Peça publicitária audiovisual: O Brasil precisa de você. IPES/IBAD, 1962/1963)

Nesses dois momentos da peça publicitária, o Complexo IPES-IBAD trabalhou na construção ideológica de uma tentativa de categorizar o socialismo como o nazismo, algo que os ligue através de uma comparação silogista, como via de equiparação prática e teórica: Hitler era do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (rebatizado como Partido Nazista), logo, Hitler era socialista.

¹⁵ MELITO, Leandro. ["Marcha da Família com Deus pela Liberdade pedia queda de Jango há 50 anos"](#) EBC. 18 De Março. Acesso dia 11.03.2025 às 19h:37min.

Nada mais falso e, nesse sentido, instrumento ideológico que se materializa no discurso.

O Complexo IPES-IBAD tinha enquanto focos, por um lado, a doutrinação política e ideológica, através de propaganda anticomunista, como a promessa de uma sociedade verdadeiramente democrática; e, por outro, o foco de ação na disputa eleitoral. Esta última foi possível observar tanto por meio da Ação Democrática Popular (ADEP) quanto por meio do financiamento de diversos grupos de direita integrados aos partidos políticos, como a União Democrática Nacional (UDN) e de alguns setores do Partido Social Democrático (PSD), ambos extintos por meio do Ato Institucional número dois (AI-2) no ano de 1965, somado à implantação do bipartidarismo, focos também exercidos pelo IPES. As semelhanças de atuação eram bastante robustas, principalmente enquanto operaram em conjunto, visto que eram tidas como entidades irmãs (Dreifuss, 1981).

As principais diferenças entre os dois institutos são suas atuações em períodos diferentes. Enquanto o IBAD nasceu em 1959 e buscava a desestabilização do governo populista desenvolvimentista, de um protótipo de esquerda capitaneada pelo presidente JK. Nesse contexto, não é sem importância lembrar que JK pertencia ao PSD, que tinha setores que buscavam sua própria desestabilização, o famoso “inimigo na trincheira”; o IPES, fundado em 1961, curiosamente o mesmo ano do Muro de Berlim, arquitetava não somente o Golpe de 1964 no Brasil, bem como suas políticas a partir da tomada de poder (idem).

Destaca-se, ainda, quanto à diferença de atuação do IBAD, que a intervenção político-eleitoral era mais explícita em relação à do IPES. O IBAD era considerado mais violento, um instrumento de ação direta. Indício dessa atuação está no fato de que o IBAD sofreu duas CPIs: uma em 1962, que não foi levada adiante, e outra em 1963, a qual suspendeu o IBAD e, posteriormente, por decisão judicial, o extinguiu. Uma das principais alegações das CPIs era o apoio logístico e financeiro das grandes empresas nacionais e transnacionais, bem como a influência direta da CIA. Em consequência de sua extinção muitos de seus membros foram pousar no Serviço Nacional de Informação (SNI)¹⁶, órgão de extrema importância para o exercício da repressão política no período da ditadura civil-militar no país. Já o IPES permaneceu

¹⁶ Criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964

ativo no cenário político até meados de 1971/1973 quando de sua dissolução (Dreifuss, 1981).

Para melhor compreensão da contribuição do Complexo IPES-IBAD na construção do que Gramsci (2001) definiu como Estado Ampliado, é possível observar no quadro abaixo a ampla gama de colaboradores utilizados para veiculação de ideias e ações de promoção ideológica. Assim, constata-se a coexistência do IPES e do IBAD dirigidos por praticamente os mesmos grupos de interesses e atores políticos, empresariais, militares etc., como é possível observar em alguns exemplos destacados no Quadro 1:

QUADRO 1 – Colaboradores do COMPLEXO IPES-IBAD

EMPRESÁRIOS	MILITARES	ARTISTAS/INTELECTUAIS/POLÍTICOS
Gilbert Jacob Huber Jr. (empresário do setor gráfico e dirigente IBAD/IPES)	General Golbery do Couto e Silva (diretor do IPES e um dos principais articuladores do golpe de 1964)	Raquel de Queiroz (escritora, jornalista e colaboradora do IPES, autora de roteiros das peças do IPES)
Glycon de Paiva (engenheiro e diretor do IPES)	General Pedro Geraldo de Almeida	Rubem Fonseca (delegado de polícia, escritor e colaborador do IPES, autor de roteiros das peças do IPES-IBAD)
Hermann Morais Barros (Banco Itaú e liderança do IPES)	General Agrícola Bethlem	Sônia Seganfredo (Autora do livro *UNE, Instrumento de Subversão* (1962), obra financiada pelo IPES para desacreditar o movimento estudantil, retratado como "infiltrado por agentes soviéticos")
Teodoro Quartim Barbosa (Comand, e liderança do IPES)	Tenente José de Goes de Campos Barros	Augusto Frederico Schmidt (Poeta e empresário, articulou redes de apoio entre intelectuais conservadores e financiou panfletos distribuídos em zonas rurais, alertando sobre "reforma agrária comunista")

Gastão Eduardo Vidigal (Banco Mercantil e liderança do IPES)	General João José Batista Tubino	Jean Manzon (Diretor francês responsável pela produção de documentários de alto padrão técnico encomendados pelo IPES. Filmes como *O Brasil Precisa de Você* (1963) e *Nordeste: Problema Número Um* (1964) associavam o subdesenvolvimento à "infiltração comunista" e eram exibidos em cinemas, escolas e sindicatos)
Ernesto Geisel (presidente da Norquisa)	General Ernesto Geisel	Alceu Amoroso Lima (Crítico literário e líder católico, mobilizou redes eclesiais através de palestras que vinculavam o comunismo à "destruição dos valores cristãos". Suas conexões com a Igreja foram cruciais para ganhar apoio popular ao golpe)
Paulo Ayres Filho (empresário da indústria farmacêutica e liderança do IPES)	Marechal Ademar de Queiroz	Nélida Piñon (À época, jovem escritora, participou de círculos literários do IPES que promoviam uma "cultura anticomunista", como o *Movimento Universitário de Desfavelamento*, focado em ações assistencialistas para desmobilizar reivindicações sociais)
Henning Albert Boilesen (Ultragás) financiador e militante do IPES)	General Carlos de Meira Matos	José de Magalhães Pinto (advogado, economista, banqueiro e político brasileiro – Deputado Federal e Governador do Estado de Minas Gerais)
Jorge Oscar de Mello Flôres (financiador e militante do IPES)	General Antônio Carlos da Silva Muricy	Herbert Levy, (deputado da UDN e líder do IPES)

Fonte: Dreiffus (1981). Autoria Própria.

Resumindo, por temporalidade, o IBAD, agente de ação direta, envolvido com a política partidária, promovia a desestabilização de governos ditos à esquerda, financiado por empresários e pela CIA, através da doutrinação ideológica desde o governo JK até a assunção de João Goulart (Jango) à Presidência da República por conta da renúncia de Jânio Quadros. Já o IPES interveio, em um primeiro momento, na formulação teórica; e, num segundo momento, mais diretamente na arquitetura do golpe civil-militar, permanecendo ativo, enquanto útil, nesse formato, bem como se imiscuiu na própria formulação de políticas públicas já durante o regime autoritário instaurado no Brasil. Válido lembrar que nesse período o IBAD não mais existia enquanto instituto. O IBAD durou de 1959 a 1963 (idem). No entanto, há certa dificuldade de estabelecer uma grande distinção entre esses *think tanks* que não seja,

à primeira vista, sua temporalidade. Dessa forma, permaneçamos a utilizar o termo “Complexo IPES-IBAD”.

O IPES manteve-se em formato de instituto no novo governo de 1961 e na elaboração de estratégias e políticas elaboradas para o governo civil-militar golpista de 1964. Boa parte do Complexo esteve intrinsecamente ligado ao ideário estadunidense, fosse por apoio financeiro como pela proximidade com a CIA e suas diretrizes. Afinal, seria inaceitável para os EUA que o Brasil virasse uma nova Cuba. Seriam dois entraves em seu próprio jardim. Ilustraremos aqui a atuação do IPES a partir de um trecho de uma das principais peças audiovisuais intitulada *O Brasil precisa de você*:

[...] Orientemos, num sentido único, a ação dos democratas, para que não sejamos vítimas do totalitarismo. E é, justamente para coordenar o pensamento e a ação de todos aqueles que não querem ficar de braços cruzados diante da catástrofe que nos ameaça, que é necessário criarmos um organismo novo com uma mensagem nova para a realidade do Brasil de hoje. Temos uma finalidade básica: evitar que a difícil situação que o país atravessa venha a comprometer nossas instituições democráticas e tradições cristãs. (IPES, 1963).

Sendo assim, é possível dizer que o golpe, ora chamado de militar, ora de civil militar, na verdade foi um golpe de classe. Um golpe empresarial com o braço armado do exército sob influência direta da CIA. Um golpe que, sob os auspícios dos Estados Unidos da América, permitiu a instauração de um regime autoritário que expurgou seus opositores (cassando, prendendo, torturando, exilando e matando) e propiciou a implementação dos Acordos MEC–USAID que mudaram a história da educação nacional a serviço da hegemonia burguesa.

Não menos importante é a visão contraditória dos militares brasileiros. Se, por um lado, buscavam engrandecer as forças armadas, acenar a um futuro de país desenvolvido e orgulhoso, não deixou de manter posturas de entreguismos das riquezas do país. Se por um lado mantinham seus jargões de “ame-o ou deixe-o”, por outro lado, colaboraram com muitas das ingerências internacionais. As forças armadas brasileiras foram, em grande parte, articuladoras do golpe porque imiscuídas estavam com os grandes interesses das transnacionais que elas mesmas gerenciavam (Dreifuss, 1981).

Em relação ao IPES, na segunda metade de 1964, o instituto promoveu diversas reuniões com autoridades do governo para discutir um plano para a

educação no Brasil. Sendo o IPES um legítimo representante da elite dominante, com fortes vínculos com as políticas estadunidenses, a proposta efetiva de reforma educacional no Brasil começaria centrada em alterar a matriz europeia e humanista no ensino brasileiro para uma matriz produtivista e mercadológica nos moldes estadunidenses.

A meta inicial da atuação do IPES, e que alardeou setores da sociedade, foi a mal-disfarçada tentativa de privatização do ensino superior no Brasil. É de se especular que essa proposta possa ter sido uma cortina de fumaça para que pudessem construir na educação brasileira os objetivos e orientações que visavam a uma posterior reforma educacional fragmentada, ideologicamente bem-formulada e que formasse cidadãos de segunda classe que pudessem exercer ofícios com péssimas remunerações: mão de obra barata e excedente. Para perceber esses passos, hoje, com o devido afastamento histórico, pode-se perfeitamente notar a capilaridade desses Acordos em todo o processo ideológico brasileiro.

3 A Construção de uma Hegemonia Cultural e sua Efetivação no Aparelho Ideológico Escolar

3.1 Introdução

Busca-se, aqui, analisar o processo histórico no qual foram firmados os Acordos e suas consequências imediatas na formação educacional brasileira. A intenção é cumprir com o objetivo específico de analisar os mecanismos gerados pelos Acordos MEC-USAID para reprodução das condições de produção capitalistas no Brasil. Ao fazê-lo, é possível mostrar o quanto os interesses estadunidenses determinaram uma nova formação intelectual voltada à reprodução de um ideário não-nacional e reprodutor de um processo de formação do indivíduo e da sociedade voltada para o mercado, principalmente o industrial, inclusive permitindo que esses interesses tivessem papel fundamental no sustento das universidades através do financiamento das fundações, ora criadas para gerirem as mesmas.

3.1 Os Acordos MEC-USAID: os aparelhos ideológicos para além da mercantilização do ensino

Os Acordos MEC-USAID foram revelados quase dois anos após a chegada da equipe americana no Brasil. O governo militar criou o Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, que instituiu uma comissão especial, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, com as finalidades de:

a) emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do ministro de Estado.

Entre 1964 e 1968, foram assinados 12 acordos, os quais resultaram em duas importantes leis: Lei No 5.540, de 28 de novembro de 1968 (reforma do ensino superior), e a Lei 5.692/1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Interessante, no entanto, que seja dito que os Acordos MEC-USAID não se resumiam tão somente a leis específicas propostas através de um bojo de ações aglomeradas. Pelo contrário, tratava-se de diretrizes a serem seguidas pelo governo em troca de

suporte técnico, financeiro e ingerências explícitas no processo educacional brasileiro. Muito do que foi escrito nos textos dos Acordos, durante sua concepção, tratava de supostas generalidades que aos mais incautos passariam despercebidas, mas, que ao fim e ao cabo, seriam o *ovo da serpente* na produção educacional, técnica e cultural, objetivando a reprodução das relações de produção.

Sobre os textos dos Acordos, cabe dizer que sua formulação foi feita sem transparência, tanto que em 13 de outubro de 1967 o deputado Márcio Moreira Alves denunciou o então titular do MEC, Ministro Tarso Dutra, para que fosse processado por crime de responsabilidade por negar-se, desde 28 de março de 1967, a fornecer os textos dos Acordos firmados no âmbito MEC-USAID.

Diante das críticas suscitadas pelos Acordos, o governo e sua base de sustentação à época argumentavam que, se o Brasil tinha Acordos comerciais com diversos países do Bloco Socialista, qual seria o problema em fechar esses Acordos com os Estados Unidos da América? Observa-se, assim, mais uma vez a utilização da ideologia e sua materialização. Vejamos, então, o que diz a respeito Márcio Moreira Alves (1968), deputado federal pelo MDB (partido da oposição consentida):

Os defensores dos Acordos MEC-USAID costumam, com incrível cinismo, considerar que todos os brasileiros são idiotas. E perguntam: por que os nossos adversários não criticam os Acordos que firmamos com a Polônia, a Tcheco-Eslováquia, a Hungria ou a União Soviética? Embora a resposta seja bastante óbvia, é preciso que seja dada. Simplesmente não se criticam estes Acordos porque são eles referentes a compras de máquinas ou de laboratórios. Máquinas e laboratórios não têm ideologia. Um planejamento não pode deixar de ter uma ideologia. Assim, a importação de máquinas e laboratórios não condiciona o futuro de um país. A importação de um planejamento ideológico, não apenas condiciona, como determina esse futuro. Os acordos com os países socialistas são para a compra de coisas. Os Acordos com os Estados Unidos são para a venda de gente. Queremos comprar coisas; não queremos que comprem a nossa juventude. Claro como água: até mesmo um chefe do IPM pode entender isso. (Alves; Márcio M. 1968; p.27)

O deputado não poderia ter sido mais perspicaz. Enquanto a grande maioria dos estudantes preocupava-se com a possibilidade de privatização do ensino, Alves (1968) percebia que os Acordos eram a abertura de uma porteira para “passar a boiada”. E isso significava o domínio do que se produz em conhecimento no Brasil, o domínio de seu conteúdo que perpassaria a escola, chegando às famílias, igrejas, associações, mídia etc., ou seja, conforme Althusser (2007) os aparelhos ideológicos de Estado.

Reforça essa argumentação o alerta do deputado, Marcio Moreira Alves, sobre a proposta de financiamento privado do Ensino Superior:

[...] Qual a composição do setor industrial brasileiro? Se considerarmos apenas a indústria privada e dela afastarmos aquelas que são praticamente artesanais, chegaremos à conclusão de que o capital estrangeiro, em especial o norte-americano, domina perto de 70% dos grandes complexos industriais existentes no País, sendo a sua tendência de dominação crescente. As pequenas indústrias não têm sobra de dinheiro sequer para sobreviverem, muito menos para investirem em educação. As grandes indústrias, sendo, sobretudo, estrangeiras, seriam a única fonte de financiamento para as fundações. (Idem; p 25)

Em termos de execução dos Acordos, é possível destacar ações de Consultoria Técnica para promoção de reforma administrativa; ações de divulgação através de uma série de seminários; e ações de capacitação via cursos de curta duração nos Estados Unidos. Tais ações se destinaram de forma imediata a 18 Universidades federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID¹⁷. Dois agentes foram cruciais nesse processo: os “Relatórios Meira Mattos”, que traçaram um perfil da realidade brasileira na educação com um viés não somente voltado ao tecnicismo, mas também como um alicerce na luta contra o Movimento Estudantil (principal opositor dos Acordos); bem como o “Plano Atcon”, que desenhou a nova estrutura para uma universidade moderna dentro dos padrões estadunidenses.

Enquanto consequência imediata na formação educacional brasileira, é possível perceber a influência dos Acordos MEC–USAID nas seguintes áreas: Currículo (Ensino Superior e Básico), Estrutura Curricular (Ensino Superior e Básico), Estrutura Física (Ensino Superior e Básico), Tecnicismo. Em que pese este trabalho não se debruçar especificamente sobre alterações curriculares, mas sobre o papel ideológico dos Acordos, alguns exemplos podem e devem ser dados para fins de ilustração e, também, para que não se estanque no campo especulativo e demonstre a concatenação dos processos ideológicos com as práticas adotadas e/ou reforçadas no campo da Ideologia e aparelho ideológico escolar.

No Decreto-Lei 869 de 12 de setembro de 1969, anterior à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o governo de então deu um grande salto ideológico conservador. O Decreto estabelecia a disciplina de Educação Moral e

¹⁷ Fonte: Assessoria para Modernização da Administração Universitária dos Acordos Mec/Usaid.

Cívica como obrigatória em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país. Vejamos o que diz o artigo 2º:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais. (Brasil, Decreto-Lei 869 de 12 de setembro de 1969)

Junto à implementação de Educação Moral e Cívica, vieram seus acessórios: Organização Social e Política do Brasil (ensino básico) e Estudos dos Problemas Brasileiros (ensino superior). Os conteúdos dessas disciplinas eram elaborados pelo Conselho Federal de Educação do MEC e assinados pelos ministros das forças armadas Augusto Hamann Rademaker Grunewald (marinha), Aurélio de Lira Tavares (exército), Márcio de Sousa Melo (aeronáutica) e do ministro da educação Tarso Dutra, em congruência com o AI-5.

No que tange à Lei 5.692/1971, essa não sofreu a mesma resistência que a do ensino superior, combatida por estudantes e professores, conforme relata o professor Paulo Ghiraldelli Jr.:

[...] todavia, o contrário se deu com a reforma do ensino de 1º e 2º graus promovidos pela mesma, que foi acolhida com entusiasmo por boa parcela do professorado que se atiraram num frenesi pela concretização da nova legislação. (Ghiraldelli, 1990)

Essas mudanças estabeleciam a redução em um ano da carga horária, o ensino obrigatório da língua inglesa, disciplinas voltadas ao trabalho, como Técnicas Comerciais e Técnicas Rurais, bem como a extinção de disciplinas como o Latim e a Filosofia (uma em desuso; e outra, “desnecessária”) e, ainda, a redução do ensino de História e Geografia que, nas séries iniciais, foram condensadas em “Estudos Sociais”, ministradas por professores formados em licenciaturas breves de um ano e meio a dois anos, bem como a implementação obrigatória de cursos técnicos em todas as escolas públicas ou privadas.

Esses foram apenas alguns dos elementos que nortearam as mudanças no processo educacional no que se refere ao conteúdo aplicado. Há de se perguntar agora por que falar antes das mudanças no ensino básico se essas aconteceram depois das mudanças do ensino superior, em especial da reforma do ensino superior: quem seriam os executores no aparelho ideológico escolar dessa nova política educacional senão os egressos dos novos modelos educacionais garantidos pela Lei 5.540/68?

Olhando mais de perto a reforma do ensino superior, ela estabeleceu alterações que até hoje o permeiam, como a departamentalização do ensino; a matrícula por disciplinas, que funcionava como uma forma de reduzir o número de estudantes no mesmo curso por anos, o que permitia formarem um espírito de grupo fundamental para a organização do movimento estudantil; a consolidação dos campi universitários em locais geograficamente afastados dos centros das cidades, como forma de evitar a visibilidade das revoltas estudantis ou, se preferir, criar uma invisibilidade. No entanto, o que ficou mais marcado nos Acordos MEC–USAID foi a demanda apresentada pelos técnicos estadunidenses da necessidade de privatização das universidades brasileiras. Essa demanda não foi alcançada no seu todo, no entanto, havia as demandas dos chamados excedentes¹⁸, o que acelerou substancialmente o número de universidades privadas no país:

¹⁸ Chamavam-se excedentes aqueles que mesmo tendo passado no vestibular não conseguiam ingressar nos cursos superiores por falta de vagas.

Os estudantes passaram o ano de 1968 fazendo passeatas. Eles não só exigiam a queda da ditadura militar, que completava quatro anos, mas também cobravam mais vagas nas universidades, para acabar com o drama dos excedentes. O governo reprimiu muitas dessas manifestações com violência.

Em 1960, o Brasil tinha só 100 mil vagas em cursos de graduação, sendo 60% públicas e 40% privadas. Menos de 1% dos jovens entravam na universidade. Passados apenas cinco anos da reforma de 1968, as porcentagens já haviam se invertido: 40% das vagas eram públicas e 60%, privadas. É certo que as instituições públicas também cresceram, mas isso ocorreu num ritmo bem discreto.

Hoje, como comparação, há 8,2 milhões de vagas na graduação, e a predominância do setor privado está ainda mais pronunciada, na proporção 75%-25%. (Fonte: Brasil; Agência Senado, 2019)

Evidentemente, não há de se questionar a quais interesses serviram, servem e servirão essa alteração nos percentuais entre o público e o privado considerando tudo o que já foi tratado neste trabalho sobre a Ideologia do capital. Os Acordos MEC–USAID, em sua grande maioria, permanecem no espírito da educação brasileira, em especial, na educação superior. Pouco se modificou de lá para os dias atuais. A organização da universidade pública brasileira desde os Acordos permanece praticamente inviolável e sujeita às tentativas de modificações sem grandes sucessos por conta do engessamento que os Acordos trouxeram para o país. Conclui-se diante desse cenário que o campo ideológico dentro da universidade e do aparelho ideológico escolar como um todo está em eterna disputa, sendo um dos mais importantes para promoção dos interesses do Capitalismo.

4 Conclusão

Este trabalho buscou trazer ao debate um aspecto pouco discutido no campo das Ciências Sociais: a ideologia e o papel que os acordos MEC–USAID exerceram no aparelho ideológico escolar. Conectando esse tema a uma realidade mais ampla, o problema de pesquisa questionou: qual o papel dos Acordos MEC-USAID na produção ideológica das condições de reprodução do modo capitalista e de que forma eles foram se consolidando a partir da Guerra Fria no Brasil?

Para responder tal questionamento, fez-se necessário o entendimento dos conceitos de ideologia, desde seu embrião inicial em Marx (1845–1846) até o entendimento de Althusser (1970), passando por Gramsci (1947–1949). Também necessário, foi fazer uma linha historiográfica que demonstrasse a disputa por hegemonia, em especial a partir do fim da Segunda Grande Guerra e do começo da Guerra Fria. Os desdobramentos históricos aos quais se submeteu o Brasil sofreram influências externas ao país e se coadunaram com o exercício do poder internamente, permitindo a formatação de aparelhos internos, fossem os ideológicos ou os repressivos ou, ainda, aqueles que se combinaram sem suas atuações. Nesse sentido, crê-se ter conseguido atingir o objetivo de descrição e análise da origem e do desenvolvimento da ideologia que possibilitaram os Acordos MEC–USAID ao demonstrar o papel das forças armadas (ESG e DSN), das Agências transnacionais (USAID) e da influência estadunidense (ALPRO).

Em relação específica aos Acordos, este trabalho demonstrou que a atuação da USAID, através do Complexo IPES-IBAD, foi fundamental para a construção de uma hegemonia cultural Capitalista e, por fim, a efetivação desse ideário no Aparelho Ideológico Escolar. Assim, os Acordos formataram o aparelho ideológico escolar, permitindo não somente um processo de dominação externa, mas também a contradição de um ufanismo entre setores da sociedade que se diziam amantes da pátria e, ao mesmo tempo, não titubearam em entregar a formação intelectual dos jovens aos interesses estrangeiros (Alves, 1968), promovendo diminuição de soberania.

Isso ocorreu de forma sistemática e planejada, como expresso nos Acordos MEC–USAID através da delegação do planejamento da reforma do Ensino Superior, em um primeiro momento, para na sequência reformar os ensinos médio e

fundamental. Dessa forma, a análise do papel dos Acordos MEC–USAID na produção ideológica das condições de reprodução do modo capitalista demonstra um combate sistemático a interpretações divergentes sobre a liberdade e a democracia, sobre o papel do trabalho e da formação educacional. Permitiu identificar que a atuação do Complexo IPES-IBAD construiu as bases para formação técnica, política e ideológica das elites brasileiras, sobretudo, a militar e empresarial, que se imiscuíam à época.

Dessa forma, considera-se que o objetivo geral de analisar o papel dos Acordos MEC-USAID na produção ideológica das condições de reprodução do modo capitalista e identificar de que forma foram se consolidando a partir da Guerra Fria no Brasil foi alcançado. A consolidação das ações do Complexo IPES-IBAD, que combinavam promoção de ideias, ações políticas eleitorais e ações de colaboração com o aparato repressivo, contribuiu tanto com a opção por um golpe militar no país como construiu as bases para os Acordos MEC–USAID, dadas as devidas proporções. Em meio à disputa ideológica que caracterizou o período da Guerra Fria, principalmente, no período imediatamente do pós-guerra, quando os EUA não haviam consolidado a sua representação hegemônica da sociedade capitalista, os Acordos MEC–USAID se tornaram peça-chave para produção ideológica das condições de reprodução do modo capitalista no Brasil.

Tal fato se deu porque, através dos Acordos, se promoveu um modelo definido de cidadania no país ao buscarem cercear o pensamento crítico dos estudantes em todos os níveis, ao valorizar determinados tipos de conhecimentos sobre outros, ao promover o perfil técnico de ensino e do/a trabalhador/a; ações que deixaram marcas indeléveis na formação e na estrutura do ensino, que, de certa forma, permanecem até hoje, em especial no ensino superior. Essa estrutura universitária permanece quase idêntica ao que foi estabelecido pelos Acordos, dificultando pensar em soluções para esse nível de ensino que passem por outras matrizes filosóficas, epistemológicas e ideológicas. Facilitando o aprofundamento de uma concepção tecnicista de ensino que desvalorizam áreas como as Artes, as Humanas e as Sociais.

No campo específico das Ciências Sociais, o ensino de sociologia oscila até hoje, desde a primeira tentativa de reintroduzir o ensino de sociologia no ensino básico, no período de redemocratização (1985) no país, o qual acabou vetado pelo então presidente da república, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). A alegação era de que havia carência de professores aptos para lecionar tal disciplina.

Quanto ao veto em si, se poderia perguntar a relação dos Acordos com tal fato? Conclui-se que ou realmente não havia professores o suficiente e se essa premissa é verdadeira não se pode deixar de fazer uma conexão direta com os MEC-USAID ao conceber a área de estudo como uma das “desnecessárias”. Se for falsa essa argumentação, uma hipótese seria a manutenção do pensamento acrítico no ensino brasileiro. Seria possível também colocar a hipótese econômica; no entanto, qualquer que seja a linha a adotar, aparentemente a premissa é a mesma. Nessa mesma linha de promoção de um pensamento acrítico, pode-se colocar o ensino de filosofia, substituído, assim como a sociologia, pelo ensino de Educação Moral e Cívica.

Outro ponto abordado, e não menos importante, foi a tentativa de privatização do ensino brasileiro que, se malogrado, abriu o caminho para a expansão das universidades privadas. Como foi demonstrado, antes dos Acordos, o ensino privado significava uma fatia inferior e, nos dias atuais, está, proporcionalmente, muito acima nos quantitativos entre universidades públicas e privadas. No entanto, como previsto por Alves (1968), o setor produtivo brasileiro não demonstrou grande interesse para investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sendo o percentual majoritário de pesquisa acadêmica no país produzido pelas instituições públicas de ensino superior.

Outra questão de pesquisa a ser abarcada em outras investigações futuras é qual a influência que os MEC–USAID podem haver tido em programas atuais, como Escola Sem Partido ou mesmo do Novo Ensino Médio? Seriam esses programas os novos Acordos? Uma hipótese plausível, a ser testada, é que Reformas Educacionais, como o Novo Ensino Médio (Lei nº 14.945/2024) brasileiro, são caudatárias da reforma proposta e efetuada pelo Acordos MEC–USAID. Ainda há muito a ser estudado para que se possa chegar a conclusões mais efetivas, principalmente porque estamos falando em Ideologia e, afinal de contas, o que não é ideológico?

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 10. ed. São Paulo: Graal, 2007.

ALVES, Márcio M. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.

Disponível

em: https://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 13. Rio de Janeiro: IGS Brasil, 2024. E-book.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969**. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BOSCHETTI, Vânia R. **Plano ATCON e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64**. Revista HISTEDBR On-line, 2007.

BUENO, Bruno B. **Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na Constituição do Estado brasileiro contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, p. 47-64.

CASSIM, Marcos. **ED316 A Aula 07 - Escola como Aparelho Ideológico do Estado: Louis Althusser**. 13 jun. 2010. 1 vídeo.

IPES/IBAD. **O Brasil precisa de você**. 1962/1963. 1 vídeo.

IPES/IBAD. **O Brasil precisa de você: coletânea de filmes do IPÊS 1962-1963**. 1962/1963. 1 vídeo.

KENNEDY, John F. **Discurso na recepção da Casa Branca para membros do Congresso e para o Corpo Diplomático das Repúblicas Latino-Americanas**. Washington, DC, 13 mar. 1961. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/archives/other-resources/john-f-kennedy-speeches/latin-american-diplomats-washington-dc-19610313>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **A Escola Superior de Guerra (ESG) e o desenvolvimento do Brasil**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 39, n. 86, p. 11-33, maio/ago. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELITO, Leandro. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade pedia queda de Jango há 50 anos**. EBC, 18 mar. 2014.

RAMPINELLI, Waldir. **A CIA e seu rastro de sangue na América Latina**. IELA, 2 jul. 2007. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/a-cia-e-seu-rastro-de-sangue-na-america-latina/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

VASCONCELOS, Claudio B. **A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964**. Antíteses, v. 13, n. 25, p. 278-308, jan./jun. 2020.

USP – Jornal da USP. **O passado não pode ser desfeito, mas deve ser reparado: documento mostra apoio militar dos EUA ao golpe de 1964 no Brasil**. 2024.

ANEXO 1

ÍTEGRA DOS TRABALHOS DA EQUIPE AMERICANA

- Memorando ao Coordenador da EAPES II
- Apêndices ao Memorando RELAÇÃO DOS APÊNDICES Apêndice A
- Curriculum Vitae dos membros norte-americanos da EAPES Apêndice B
- Documentos do «Grupo de Trabalho sobre o Reconhecimento», preparados pelos Profs. Edson Nery da Fonseca e Rubens Borba de Moraes: B .I
- «Projeto de Inquérito sobre a Situação das Bibliotecas das Universidades Federais». B.2
- «Obras de Referência: Bibliografia Mínima». Apêndice C
- Conjunto de trabalhos elaborados pelo Prof. John D. Ryder. Está dividido em: CI
- «Study of Enrollments» C.2
- «Utilization of Space and Faculty» C.3
- «Unit Costs in Higher Education» C.4
- «Post-Graduate Education» C.5
- «Admissions Policies and Practices» C.6
- «University Survey». Apêndice D
- Conjunto de trabalhos escritos pelo Prof. John M. Hunter. Divide-se em: D . I
- «A Universidade-Fundação: Uma Caixa de Pandora» («The Pandora's Box of the University Foundation») . D.2
- «Moeda Universitária: O Crédito» («Academic Currency: The Credite»). D . 3
- «Notas sobre a Heterogeneidade» («A Note on Heterogeneity») . D.4
- «Sobre o Ensino da Economia no Brasil» («On the Teaching of Economics in Brazil»). D . 5
- «Sobre os objetivos da Educação Superior no Brasil» («On the Objectives of Higher Education in Brazil»). — 224 — D . 6

— «Estrutura da Educação Superior nos Estados Unidos» («The Structure of Higher Education in the United States»). D . 7

— «Sobre o Problema dos Excedentes» («On the Problem of Excedentes»). D. 8

— «A Economia dos Empréstimos no Exterior para Fins Educacionais em Geral» («The Economics of Borrowing Abroad for General Educational Purposes») .

Conjunto de trabalhos preparados pelo Prof. Henry W. Hoge. Está dividido em: E . I

— «O Departamento na Universidade Norte-americana» («The University Department») . E . 2

— «Estrutura do Corpo Docente nos E.U.A. » («Faculty Structure»). E . 3

— «Reflexões sobre a Educação Superior no Brasil» («Reflections on Higher Education in Brazil») . Relação dos trabalhos publicados na Imprensa brasileira. São os

seguintes: F . I

— «A Universidade-Fundação: Uma Caixa de Pandora», publicado na revista Estudos Universitários, no 4, vol. VII, out./dez. 1967, págs. 23-42. F . 2

— «Notas sobre a Heterogeneidade», publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 16 de março de 1968, sob o título «O Valor da Diversidade Educacional», com introdução do Prof. Laert R. de Carvalho. F . 3

— «O Departamento da Universidade Norteamericana», publicado no jornal O Estado de São Paulo, em quatro partes, nos dias 23, 24, 25 e 26 de maio de 1968, com introdução do Prof. Laert Ramos de Carvalho. F . 4

— «Moeda Universitária: O Crédito», publicado no jornal O Estado de São Paulo do dia 23 de junho de 1968, com introdução do Prof. Laert R. de Carvalho. F . 5

— «Sobre o Ensino de Economia no Brasil», a ser publicado na Revista Brasileira de Economia, número do mês de setembro de 1968. III

— Relatório da USEAPES (forma preliminar), dirigida à USAID, capítulo VII: «Recomendações» («USEAPES Report», Draft, Chapter VII — Recommendations) .

ANEXO 2

Os Acordos:

ASSESSORIA PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

As Partes do presente Convênio são o Ministério da Educação e Cultura (o Ministério) representado pela sua Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), a Agência NorteAmericana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID / BRASIL), com a aprovação do Representante Brasileiro Para a Coordenação dos Programas de Assistência Técnica (o Coordenador).

I / SITUAÇÃO ATUAL

O número de universidades oficializadas no Brasil aumentou de 3 para 37 desde 1944. Este aumento, consequência do desenvolvimento social e econômico brasileiro, realizou-se de maneira tão rápida que não houve tempo suficiente para cuidar-se dos problemas de administração universitária. Caso este setor não seja, em futuro próximo, alvo de atenção, e caso a proliferação de instituições de ensino superior continue no ritmo atual, problemas de administração, tais como sistemas de vestibulares, planejamento acadêmico, administração financeira e planejamento físico de cidades universitárias, tornar-se-ão tão complexos que limitarão severamente a eficiência destas instituições e terão fatalmente efeito prejudicial no desenvolvimento do ensino superior no Brasil. As partes do presente Convênio, reconhecendo as vantagens a serem auferidas de uma reforma bem organizada e com bases amplas no setor da administração universitária e concordando que tal reforma é altamente apropriada para o momento atual, e ainda acordando quanto aos métodos a serem utilizados, acham-se atualmente preparadas para cooperar na assistência a universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que levem a introdução de métodos e práticas modernas de administração para suas instituições. Prevê-se que a assistência mencionada acima incluirá os seguintes itens:

- 1) Consultoria Técnica a ser proporcionada a instituições determinadas de âmbito mais amplo e que estejam preparadas para iniciar programas específicos de reforma administrativa.
- 2) Uma série de seminários, a fim de estimular outras instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes.

3) Cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais. As primeiras observações indicam que algumas instituições acham-se interessadas e já estão preparadas para receber assistência de consultoria individual e programas de treinamento em regime de curta duração para seu pessoal. Outras instituições que não tenham atingido êste estágio de amadurecimento, não estando, portanto, preparadas para desenvolver programas específicos, serão convidadas a participar, talvez como instituições anfitriãs, de seminários onde serão debatidos princípios e problemas da administração universitária moderna. Todas as instituições deverão ser consideradas para assistência de consultoria individual e participação nos seminários com base no seu interesse e no seu grau de amadurecimento para reforma administrativa.

II / OBJETIVO

O objetivo do presente Convênio é estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional. Com esta finalidade serão fornecidos consultores norte-americanos que:

- 1) Visitarão instituições determinadas a fim de determinar o interesse específico e a necessidade de reforma.
- 2) Proporcionarão serviços de consultoria a determinadas instituições.
- 3) Realizarão seminários no Brasil sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos de acordo com os interesses e as necessidades das diferentes universidades. Além disso, cursos de curta duração treinarão brasileiro selecionado para a obtenção das técnicas especializadas necessárias à execução e instituição de programas de reforma administrativa. Especificamente, pretende-se que até 1970, os primeiros 25% das universidades brasileiras que estão mais amadurecidas para a reforma administrativa estarão providas da estrutura organizacional e do pessoal necessário para conduzir uma administração de ampla eficiência; os segundos 25%, que se acham no estágio seguinte de amadurecimento, estarão em posição de desenvolver a estrutura interna necessária e reunir um mínimo de pessoal

indispensável, enquanto que os restantes 50% terão presenciado várias mudanças em instituições vizinhas e, com a assistência de universidades mais adiantadas, estarão dando os primeiros passos com vistas à modernização. Antes de 1970, o Projeto será revisto e avaliado, tomando-se então decisões quanto à natureza e o montante da assistência adicional necessária a completar a modernização administrativa de todo o sistema de ensino superior brasileiro.

III / RESPONSABILIDADES

A. O Ministério concorda em:

1. Coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID.
2. Providenciar o pessoal, cobrir despesas de viagem e serviços administrativos (tais como intérpretes, secretárias, etc.), necessários ao planejamento, coordenação e realização da série de seminários destinados a apresentar novas técnicas de administração a líderes de universidades brasileiras selecionadas. Prevê-se a realização de cinco seminários durante o período do convênio, em diferentes cidades do Brasil.
3. Providenciar o custeio das despesas de transporte, diárias e outras relativas aos serviços dos consultores da USAID, dentro do Projeto, quando de suas viagens pelo Brasil para fins de consultoria a instituições determinadas. Prevê-se que cada universidade custeará, na medida do possível, as despesas com os consultores da USAID que lhes estiverem prestando serviços de consultoria. Estas despesas incluirão transporte, diárias, serviços auxiliares (tais como intérpretes, secretárias e outras) e serão acordadas através de arranjos prévios entre a Universidade, a Diretoria e a USAID. A Diretoria assumirá plena responsabilidade pela coordenação desses arranjos bem como suplementará os recursos das universidades, desde que julgado necessário e conveniente.
4. Providenciar para que os salários do pessoal brasileiro de administração universitária, que for selecionado para treinamento de curta duração nos Estados Unidos ou em outros países, totalizando um máximo de 40 pessoas, sejam mantidos por suas respectivas instituições durante o período do seu treinamento no estrangeiro. A Diretoria, em casos especiais, poderá suplementar recursos da universidade para

êste fim, desde que possível e julgado necessário, e também de acordo com arranjos prévios entre a universidade em questão e a Diretoria.

B. A USAID/BRASIL concorda em:

1. Fornecer, através de contrato, os consultores em regime de curta duração, necessários para proporcionar assistência técnica a universidades determinadas e conduzir seminários sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos. Prevê-se que o total de 18 “meses de trabalho” (trabalho mensal de um indivíduo) de aproximadamente 20 consultores em regime de curta duração serão necessários para execução desta atividade entre julho de 1966 e setembro de 1968. A quantia de US\$ 75,000 fica por conseguinte reservada para êste fim dentro do presente Convênio. À medida que o Projeto se desenvolva de maneira satisfatória recursos adicionais poderão ser fornecidos, desde que por determinação conjunta das partes do presente Convênio.

2. Custear, dependendo da disponibilidade de recursos, o treinamento nos Estados Unidos e/ou outros países de um máximo de 40 bolsistas ocupantes de posições administrativas-chave nas várias universidades participantes. Estas posições relacionar-se-ão com, sem porém limitar-se, aos setores de administração geral, sistemas de vestibulares, contabilidade de controle de custos, salários do corpo-docente, centralização de arquivos, distribuição de custos, planejamento físico de cidades universitárias e manutenção.

IV / DISPOSIÇÕES GERAIS

A. As partes brasileiras do presente Convênio envidarão todos os esforços no sentido de divulgar o andamento e as realizações dêste Projeto através dos jornais, rádio, e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança Para o Progresso.

B . As partes brasileiras dêste Convênio autorizam pelo presente instrumento o representante do Governo brasileiro para a Coordenação dos Programas de Assistência Técnica a firmar termos aditivos a êste Convênio, quando os mesmos não forem de caráter essencial, como suplementação de verbas, modificação da data da contribuição final e outras.

C. As Disposições Normativas sobre o Dólar (Anexo B), modificadas pelo Memorando de Entendimento sobre Auditoria entre o Ministério do Planejamento e a AID, datado de 22 de abril de 1963, são incorporadas e fazem parte do presente Convênio D. O presente convênio entrará em vigor na data da última assinatura abaixo.

Em 30 de junho de 1966.

As.: Raymundo Moniz de Aragão (Ministério da Educação e Cultura) — Faria Góes (Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica) — Harlan Harrison (Deputy Assistant Director for Technical Cooperation USAID/ BRAZIL).

(...) Relação Ilustrativa de Atividades do Projeto:

1. Projeto de pesquisa sobre a situação sócio-econômica do estudante universitário brasileiro.
2. Projeto de pesquisa sobre a unificação e operação mais racional e funcional de exames de admissão para universidades
3. Projeto de estudo destinado à apresentação de proposta sobre soluções alternativas quanto ao financiamento de estudo universitário para estudantes de pouco ou nenhum recursos;
4. Projeto de treinamento, abrangendo todas as universidades brasileiras, sobre operações e funcionamento na administração centralizada, nos moldes das atualmente em uso na Universidade Federal de Santa Catarina, com a plena cooperação dessa Universidade em Florianópolis.
5. Projeto de treinamento, sob acordo bilateral, de limitada assistência técnica, visando a estimular métodos administrativos avançados em planejamento universitário, registros centrais, contabilidade centralizada, auditoria, financiamento etc.
6. Projeto de coordenação de todas as comissões de planejamento universitário e de incentivo para a criação de tais comissões, onde quer que estas ainda não existam.
7. Projeto de estudo, visando à preparação de um “dossier” completo sobre todos os aspectos de “Estudos Gerais”.
8. Projeto de coordenação visando à assistência a todas as universidades, no que diz respeito ao melhor preparo e controle de seus orçamentos anuais.

9. Projeto de pesquisa sobre legislação educacional vigente, para fins de integração e simplificação da mesma.
10. Projeto de pesquisa destinado a conseguir meios e métodos para aumentar o número de matrículas estudantis nas universidades nacionais.
11. Projeto de estudo e coordenação sobre técnicas relacionadas às atividades de extensão cultural universitária e de assistência comunitária.
- 12 . Projeto de pesquisa e treinamento, em escala nacional, sobre técnica de planejamento universitário.
13. Projeto de treinamento para preparação simultânea de grupos de dirigentes de bibliotecas centrais para tôdas as universidades.
14. Projeto de treinamento para preparação simultânea de estatísticas educacionais para tôdas as universidades.
15. Projeto de treinamento, no país e no exterior, para preparação simultânea de administradores de hospitais para os hospitais universitários da nação.
16. Projeto de estudo sobre política nacional de salários, visando à formulação de meios e métodos para assegurar a justa remuneração para os professores no ensino de tempo integral, bem como para pessoal de pesquisa.

ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

São parte do presente Convênio do Ministério da Educação e Cultura (o Ministério, atuando através da Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), o Representante do Governo Brasileiro para a Cooperação Técnica (o Representante) e a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (a USAID/BRASIL), presente o Conselho Federal de Educação (o Conselho)

I / ORIGEM DO CONVÊNIO

De acôrdo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Este pelo Govêrno brasileiro, como um dos membros da Aliança Para o Progresso, o Ministério pretende aproveitar a experiência dos outros países para realizar planejamento a curto e a longo prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos

programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor. Levando em conta essa política e aqueles objetivos, o Ministério, através da Diretoria, resolve obter, por intermédio da USAID/BRASIL, assessoria de instituição educacional de alto nível para atingir os objetivos dessa iniciativa brasileira.

II / FINALIDADE

A finalidade deste Convênio é promover meios que assegurem assessoramento à Diretoria em estudos relacionados com a expansão e o aperfeiçoamento, a curto e a longo prazo, do sistema do ensino superior brasileiro através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor.

III / RESPONSABILIDADES

A. O Ministério, por este instrumento, delega à Diretoria a atribuição de executar o presente Convênio e concorda em:

- 1 - Designar pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível para constituir Grupo Permanente de Planejamento junto à Diretoria, em regime de tempo integral, assessorados pelos mesmos educadores previstos neste Convênio, enquanto vigorar o mesmo.
- 2 – Custear salários, viagens em território nacional e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses educadores brasileiros.
- 3 – Assumir a responsabilidade pela preparação de um plano de trabalho detalhado para a execução das atividades previstas neste Convênio.
4. Fornecer instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilíngues e demais assistência complementar, inclusive o pessoal necessário ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessôres.
5. Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados que venham a ser enviados ao exterior para os fins deste Convênio.

B. A USAID/BRASIL, por este instrumento, delega ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar o presente Convênio, no que lhe competir, concordando em:

1. Fornecer, por período máximo de quatro anos, dependendo da disponibilidade de recursos, através de contrato com instituição educacional de alto nível, sujeito à aprovação prévia da Diretoria, os serviços de, pelo menos, quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessores em regime de contrato de curta duração, caso seja necessário.
2. Que os recursos para o funcionamento de contratos por um período inicial de aproximadamente 18 (dezoito) meses continuam comprometidos no total indicado na folha anexa com as especificações financeiras.
3. Custear as viagens em territórios brasileiro e outras despesas de caráter eventual referentes aos serviços desses assessores, ressalvadas as disposições do item III-A-4 acima.
4. Custear o treinamento de bolsistas, dependendo das disponibilidades de recursos, em complemento às verbas empenhadas nos termos do presente Convênio.

IV / DISPOSIÇÕES GERAIS

A. Os educadores brasileiros de que trata o item III-A-I constituirão a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior. Esta equipe colaborará, em regime de tempo integral, na implantação do processo dinâmico de planejamento, visando à finalidade deste Convênio, cabendo, sempre às autoridades brasileiras competentes a responsabilidade de determinar a política e as normas de Educação, bem como de aprovar ou não todos os planos elaborados. Os planos quando aprovados serão postos em execução pelas autoridades brasileiras.

B. A Diretoria poderá também designar comissões constituídas de elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade, que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos.

